ENEM: FINALIDADES E PROPÓSITOS EM CURSOS PRÉ-VESTIBULARES

Ana Lara Casagrande (Campus de São José do Rio Preto – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas) – Avaliação da Educação Básica e do Ensino Superior– Apoio: FAPESP.

1. INTRODUÇÃO

Em 1998, foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), aplicado anualmente em alunos concluintes e egressos desse nível de ensino com a finalidade de aferir o desenvolvimento de competências e habilidades. Embora a participação seja voluntária, o ENEM vem atraindo um número cada vez maior de concluintes e egressos do Ensino Médio. Diferentemente dos modelos e processos avaliativos tradicionais, a prova do ENEM, de acordo com o INEP (2008), é interdisciplinar e contextualizada.

Na análise do INEP (2008), enquanto os vestibulares promoveriam uma excessiva valorização da memória e dos conteúdos em si, o ENEM colocaria o estudante diante de situações-problemas, a fim verificar se os conceitos aprendidos têm condições de serem aplicados pelos alunos. Ainda de acordo com o INEP (2008), o exame foi desenvolvido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais construímos continuamente o conhecimento e não apenas na memória, ao contrário dos vestibulares, que, mesmo tendo importância fundamental, não pode ser o único elemento de compreensão do mundo.

Entende-se que o ENEM pretende legitimar-se como um mecanismo de referência a processos seletivos para o ingresso de candidatos em instituições de ensino superior, desvinculando-se a cada ano do propósito de auto-avaliação, inicialmente anunciado com a criação do Exame, em 1998. Essas evidências preliminares contribuíram para a configuração do principal questionamento da pesquisa: qual seria a finalidade do ENEM para o aluno concluinte ou egresso do Ensino Médio: beneficiar o ingresso no Ensino Superior ou garantir a auto-avaliação?

Esses questionamentos resultaram de um constante contato com alunos ingressantes em instituições do ensino superior, públicas e privadas, no qual, evidenciou-se durante conversas informais com os ingressantes dos

cursos de graduação, que a realização do ENEM tornou-se uma prática obrigatória, tanto para os concluintes do Ensino Médio como para os egressos desse nível de ensino, que freqüentaram cursos pré-vestibulares.

Especificamente com relação aos cursos pré-vestibulares, compreende-se que a finalidade de tais instituições seria possibilitar a preparação de concluintes e egressos do Ensino Médio para a realização dos exames vestibulares de ingresso no Ensino Superior. Por isso tal público foi escolhido, alunos dos cursos pré-vestibulares, por estarem envolvidos com o vestibular e com as políticas de acesso ao mesmo, o que poderia não ocorrer no Ensino Médio com todos os alunos, por exemplo, assim, estabelecida a caracterização das instituições foi realizada uma aplicação de questionários.

Se o ENEM, atualmente tem sido apontado, até mesmo pelo MEC (2007 e 2008), como um dos requisitos para ingresso no Ensino Superior, é dispensável salientar a importância de analisar e compreender as expectativas de estudantes e professores de cursos pré-vestibulares a respeito do Exame. Para tal, se definiu os dois cursos pré-vestibulares do município de São José do Rio Preto, um público e um privado, com base no foco de obter resultados que mostrassem os objetivos do público de cursos pré-vestibulares de naturezas diferentes, para que os resultados não ficassem restritos demais, e, a amostragem ficasse comprometida.

Os questionários foram aplicados em ambos cursos pré-vestibulares, a que chamou-se cursinho A e cursinho B. Foi uma etapa de fundamental importância para este projeto de pesquisa, pois permitiu entrar em contato com o universo desses estudantes e compreender suas opiniões e expectativas a respeito do ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA E OBJETIVOS

2.1 Fundamentação Teórica

A respeito do Ensino Médio, Pinto (2002) compreende que o mesmo, no Brasil, se configurou durante o período colonial sob o domínio dos jesuítas que mantinham o monopólio e a estrutura educacional existente. De acordo com o autor, o ensino baseava-se na repetição e disciplina rígida,

sendo destinada a uma pequena parcela da população pertencente à elite rural e comercial, com o objetivo de propiciar uma formação de ordem religiosa e/ou propedêutica.

Com relação ao número de matrículas deste nível de ensino, Pinto (2002) analisou que o seu crescimento foi considerável, entre os anos de 1991 e 2000, já que o número de alunos matriculados na rede estadual dobrou. No entanto, para Lapa e Neiva (1996), a partir da década de 1990, o Governo Federal inicia a elaboração de uma nova política educacional para o Ensino Médio, com o propósito de proporcionar a expansão do número de vagas, nesse nível de ensino, pelo fato de considerar, no período, a possibilidade de universalização do Ensino Fundamental, fracasso das propostas de Ensino Médio profissionalizante e a necessidade de atendimento às demandas do mercado de trabalho decorrentes da globalização.

Lapa e Neiva (1996), ao analisarem essa proposta, consideraram os riscos de uma política de expansão precipitada, que poderia contribuir para o aumento dos problemas existentes no Ensino Médio, com destaque para os altos índices de repetência, evasão e a indefinição quanto ao seu caráter propedêutico ou de qualificação para o mercado de trabalho. Para as autoras, seria preciso solucionar esses problemas para que houvesse uma possibilidade de discussão de uma nova política educacional, ao considerarem que o Ensino Médio estaria ensinando os conhecimentos que deveriam ter sido apresentados no Ensino Fundamental.

Segundo Vianna (1997), um dos autores que serviram de base para o referencial teórico do estudo, a avaliação é entendida como a postulação de um juízo de valor, o estabelecimento do mérito do se pretende avaliar. Por isso, o ENEM é compreendido nesta pesquisa, com base na análise do referido autor, como um princípio de coleta de dados, de informações e percepções, que se caracteriza como um momento inicial de uma avaliação.

No contexto educacional do Ensino Médio é que destacamos o sistema de mensuração ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), definido pelo Ministério da Educação (MEC) como um exame individual, de caráter voluntário, oferecido anualmente aos estudantes concluintes ou egressos do Ensino Médio (MEC, 2007). O objetivo principal do ENEM, de acordo com o MEC (2007), é possibilitar uma referência para a avaliação do desempenho do aluno, a partir das competências e habilidades que o estruturam.

2.2 Objetivos

Geral

- Analisar as opiniões e expectativas de estudantes e professores de cursinhos pré-vestibulares, localizados no município de São José do Rio Preto, a respeito do Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM.

Específicos

- Verificar se os objetivos iniciais do Exame previstos na legislação que o regulamenta relacionam-se com os objetivos dos alunos concluintes e egressos do Ensino Médio, que estejam freqüentando cursinhos pré-vestibulares;
- Identificar a idéia acerca do papel do ENEM que os professores dos cursinhos pré-vestibulares possuem e transmitem aos seus alunos;
- Averiguar o tipo de orientação que os cursinhos pré-vestibulares, por meio dos professores, apresentam aos alunos sobre o ENEM.

3. METODOLOGIA

Para cumprir com os objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa qualitativa a partir de um estudo de caso, no qual André (2005, Ibid Stake 1995) refere-se como instrumental, com o propósito de analisar a expectativa dos pré-vestibulandos com relação ao Exame Nacional do Ensino Médio.

Por meio do estudo de caso, pretende-se evidenciar de que maneira o ENEM é considerado pelos alunos que participam desse Exame. Para isso, foram definidos dois cursos pré-vestibulares, de uma instituição pública e privada, localizadas no município de São José do Rio Preto.

O desenvolvimento da pesquisa ocorre com base nas orientações de Lüdke e André (1986, p. 21, apud Nisbet e Watt, 1987), que consideram que o estudo de caso deverá ser desenvolvido em três fases:

1) Fase aberta ou exploratória;

2) Fase sistemática;

3) Análise e interpretação sistemática dos dados.

Como as autoras enfatizam, essas três fases se superpõem em diversos momentos sendo difícil precisar as linhas que as separam, (ibid Lüdke e André, 1986, p.21).

Os instrumentos a serem utilizados para coleta do *corpus* da pesquisa, entendido aqui como o conjunto dos questionários elaborados, tratam da questão específica das expectativas dos alunos que prestam o ENEM com relação ao mesmo, ou seja, o que o Exame representa para esses alunos.

4. DISCUSSÕES

Após 10 anos de existência, o ENEM sofreu alterações com relação ao principal objetivo proposto: a auto-avaliação, como se pode comprovar com os resultados desta pesquisa. Uma das principais iniciativas que alterou significativamente o objetivo inicial do ENEM foi a criação do PROUNI (Programa Universidade Para Todos), pelo Governo Federal, em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005.

De acordo com o Ministério da Educação, o PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior; é dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos.

A interface entre o PROUNI e o ENEM reside no fato de que os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM. Portanto, só pode participar do PROUNI o estudante que tiver feito a prova do ENEM do ano anterior, e obtido nota mínima de 45 pontos (média entre a nota da prova objetiva e a nota da redação). Mas esse é apenas o pré-requisito para conseguir uma bolsa.

Para obter o benefício é preciso que o estudante atenda aos seguintes critérios: ter cursado o ensino médio completo em escola pública; concluído o ensino médio em escola privada com bolsa integral; realizado o ensino médio parcialmente, em escola da rede pública e em instituição privada, na

condição de bolsista integral da respectiva instituição; ser portador de deficiência; professor da rede pública de ensino básico, em efetivo exercício, integrando o quadro permanente da instituição e concorrendo a vagas em cursos de licenciatura ou pedagogia.

De acordo com Catani et al. (2006), o PROUNI é comumente visto como mais uma política pública, particularmente por abrigar o preceito das cotas, mas destaca-se pelo fato de manter um sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante os anos 1990. Nesse sentido, traz uma noção falsa de democratização, pois legitima a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições (prioridade para a inserção precária dos pobres no espaço privado), ou seja, contribui para a manutenção da estratificação social existente.

Essa atuação indutiva do Estado central, apontada por Freitas (2007), é resultado das políticas educacionais estabelecidas a partir da década de 1990, no Brasil, período que segundo Oliveira (2000), buscou-se redimensionar a polaridade centralização/descentralização, ou seja, ao mesmo tempo em que se descentralizava a gestão e o financiamento da educação, centralizava-se o processo de avaliação e controle do sistema.

Tais modificações, de acordo com o autor acima apontado, ocorriam ao mesmo tempo em que se regularizava o fluxo escolar no ensino fundamental, em meio a uma perspectiva democratizadora, de economia de recursos e que necessitava cumprir metas. Nota-se que, a medida de aumentar a população no ensino superior contribuiria para que mais alunos tivessem acesso ao ensino superior (benefício), mas sem uma garantia de acesso aos mesmos níveis de conhecimento, que seria um direito.

Carvalho e Lopreato (2005, p. 103) também compartilham de mesma posição crítica, ao considerarem que:

> [...] a política pública que privilegia a democratização pela via privada não encontra como principal entrave a oferta insuficiente de vagas, mas a natureza dessas vagas e/ou a capacidade dos candidatos de ocupá-las (CARVALHO e LOPREATO, 2005, p. 103).

O entrave está não no ingresso ao ensino superior, mas na preparação intelectual para esse nível de ensino. O que fica claro é que as políticas públicas que tratam de educação visam a atingir metas, mostrar dados,

números, cifras, o que faz parecer que a preocupação com a qualidade fica delegada a segundo plano.

O que se pode notar é que a questão do acesso possibilitado pela política do Programa Universidade para Todos possibilita estudantes sem condições financeiras ingressarem no ensino superior, mas também, há a possibilidade de o programa facilitar o ingresso de estudantes que não estão aptos a cursar o mesmo nível de ensino, já que o ENEM não é um sistema de avaliação que sozinho pode julgar essa aptidão, crêem alguns dos que debatem o tema.

O ENEM mesmo sendo parte integrante de um sistema de avaliação em larga escala não foi pensado, como indicador da preparação do indivíduo para cursar o ensino superior, pois não há nenhum indício a esse respeito em todas as Portarias e documentos oficiais relacionados ao exame. No entanto, a vinculação do ENEM ao PROUNI tornou esse fato viável, ao permitir a classificação e acesso ao Ensino Superior através da oferta de benefício pelo Governo Federal.

Verifica-se ampla concordância a respeito do crescimento do interesse pelo ENEM que o PROUNI causou, como pode ver na tabela da evolução histórica de inscritos no ENEM, do período de 1998 a 2007, abaixo:

Ano	Número de inscritos
1998	157.221
1999	346.953
2000	390.180
2001	1.624.131
2002	1.829.170
2003	1.882.393
2004	1.552.316
2005	3.004.491
2006	3.742.827
2007	3.568.592

Fonte: INEP/MEC (2008)

De acordo com a tabela acima, evidencia-se o crescimento expressivo no número de inscritos nas 10 edições do ENEM. Porém, embora tenha ocorrido um crescimento quantitativo, o ENEM está se legitimando como mais uma nova etapa de seletividade que o estudante precisa enfrentar, isso pode ser dito com base no resultado do questionário aplicado, onde a maioria dos estudantes do cursinho B, 76.66% dos alunos, não diferencia o ENEM dos demais processos seletivos para ingresso no ensino superior.

Em alguns informativos do INEP (2005) que fazem menção ao ENEM, o MEC vinculou a política do PROUNI aos resultados do ENEM. Essa vinculação proporciona uma discrepância no principal objetivo documental do ENEM, que era avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.

Com relação ao aproveitamento da nota do ENEM para participação no PROUNI e à respeito da influência de sua criação para o papel do Exame hoje, acredita-se que o mais sensato não é posicionar-se a respeito da política do PROUNI como positiva ou negativa, pois é arriscado dizer, ou até ingênuo criticar ou defender contundentemente, em que medida este concorre para a efetivação do direito à educação, qualificação e democratização do ensino brasileiro, mas do mesmo modo é fundamental reconhecer a influência deste Programa na redefinição dos objetivos do ENEM.

Uma década se passou e o exame, que despontava tímido nas páginas dos jornais, chegou a 2008 com um aumento estrondoso de popularidade e mudanças radicais no seu objetivo. A procura pelo ENEM cresceu mais de 2.000% (INEP, 2008) nesses dez anos, se consolidando como uma das principais via de acesso às universidades.

4. RESULTADOS

O trabalho intitulado “ENEM: finalidades e propósitos em cursos pré-vestibulares” levantou a hipótese sobre as questões que envolvem o interesse dos participantes do ENEM divergir dos objetivos propostos para o Exame na data de sua criação. O principal resultado obtido na pesquisa, e

que comprova a hipótese feita, envolve, em um sentido mais restrito, uma discrepância no principal objetivo do ENEM, que em tese é avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.

Após a elaboração de questionários com questões que tratam da opinião pessoal sobre o exame, as perguntas dizem respeito à questão específica do por que que os alunos prestam o ENEM e o que o ENEM representa para cada um, destacou-se a divergência entre o principal objetivo do ENEM, veiculado pelo INEP, e o objetivo dos estudantes ao prestar o Exame, comprovado pela análise dos resultados dos questionários aplicados, que é o de garantir o ingresso ao ensino superior, seja por meio do aproveitamento da nota do ENEM para somar pontos no vestibular público, 90.62% dos alunos do cursinho A e 66.66% do cursinho B disseram prestar com essa finalidade, seja para participar do programa governamental PROUNI, 86.66% dos alunos do cursinho B disseram que se submeteriam ao processo seletivo do programa.

Os resultados obtidos possibilitaram essa constatação na medida em que confirmam o interesse dos alunos dos dois cursinhos no ENEM, que não o de se auto-avaliar.

Percebeu-se também que, a maioria expressiva dos entrevistados que afirmaram que já prestaram o ENEM alguma vez ou que prestariam em 2008 eram de egressos do ensino médio, já que 53.12% do Cursinho A concluíram o ensino médio em 2006 ou em anos anteriores, enquanto no Cursinho B, 53.33% concluíram em 2007, para aferir o desempenho ao término da escolaridade básica, ou seja, caracterizarem-se como concluintes os alunos que prestariam o ENEM em 2008 deveriam concluir o ensino médio no referido ano. Dessa maneira, há também uma discrepância a ser considerada ainda no âmbito da própria nomeação do Exame, que pode ser considerado inadequado, uma vez que os dados revelaram e o próprio INEP (2008) veicula a informação de que a maioria dos alunos inscritos é de egressos do Ensino Médio e não de concluintes.

Um aspecto divergente nas respostas dos alunos dos dois cursinhos foi com relação à identificação do ENEM como uma prova similar aos outros vestibulares, todos do Cursinho A acreditavam que o ENEM não era similar aos outros exames vestibulares, enquanto 76.66% dos alunos do Cursinho B acreditam que o ENEM é similar aos demais exames vestibulares.

Outro aspecto completamente divergente nas repostas foi com relação a inscrição no PROUNI em 2008, a maioria, 81.25% dos alunos do Cursinho A não o fariam enquanto 86.66% dos alunos do Cursinho B se inscreveriam no programa. Podemos concluir que a maioria dos alunos do Cursinho B estariam duplamente interessados no ENEM, tanto para aproveitarem a nota em um vestibular público, uma vez que 100% dos alunos disseram prestar em 2008 vestibular público e se inscrever no PROUNI.

Por fim, há questões ainda a serem melhor descritas, uma vez que a pesquisa será aprofundada, por meio da identificação das idéias acerca do papel do ENEM que os professores dos cursinhos pré-vestibulares possuem e transmitem aos seus alunos, para que se averigue o tipo de orientação que os cursinhos pré-vestibulares, por meio dos professores, apresentam aos alunos sobre o ENEM, porém as constatações feitas por meio da análise da opinião dos estudantes entrevistados comprovam a hipótese feita no início deste, como já foi dito.

5.CONCLUSÕES

Na análise realizada no decorrer da pesquisa, foram descritos e interpretados os objetivos dos alunos de cursos pré-vestibulares ao prestar o ENEM em contraponto ao objetivo do ENEM traçado pelo INEP.

Foi feita, então, uma abordagem sobre os conceitos de política educacional, apoiada principalmente em Mainardes (2006), entre outros conceitos de vários teóricos da Educação, como Freitas (2002). Após a abordagem geral dos contextos de influência, partiu-se para uma conclusão calcada nos dados obtidos pelos questionários aplicados, pensando na relação entre elementos da teoria, legislação do ENEM, e a forma com que eles se relacionam com a prática do ENEM na vida dos estudantes dos cursos pré-vestibulares causando determinado efeito nesses estudantes a respeito do que o ENEM representa para eles, tudo isso baseado, também, nos conceitos cabíveis ao gênero política, que na maioria das vezes não se aplica tal como pensada, mas o que evidenciou-se é que a ação de ua política sobre outra causou um distanciamento muito grande do objetivo inicial.

Apesar de na sua concepção inicial o ENEM ter sido pensado

também enquanto modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médio e ao ensino superior, não se imaginava que esse poderia configurar-se como o objetivo primeiro da maioria do público do Exame. Observa-se que há um incentivo do Ministério da Educação para que as Instituições de Ensino Superior (IES) se cadastrem e usem os resultados do ENEM como componente dos seus processos seletivos. Há ainda, programas governamentais de acesso ao Ensino Superior, como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), por exemplo, que utiliza os resultados do Exame como pré-requisito para a distribuição de bolsas de ensino em Instituições Privadas de Ensino Superior e que colaboram para o fato dos objetivos principais dos documentos oficiais e dos alunos que se inscrevem no ENEM divergirem.

Pesquisar o ENEM e as questões que o envolvem fez-se importante pois, além de se tratar de um sistema de avaliação em larga escala, relevante para o sistema educacional brasileiro há dez anos, o que faz com que o estudo deva ser cuidadoso afim de não cair em ideologias políticas, trata-se, também, de obter um diagnóstico do exame contemporaneamente, o que permite melhor desenvolvimento de repertório para um pesquisador em Educação. Dessa forma, ao entrar em contato com os estudantes dos cursos pré-vestibulares, se pode estabelecer diferenças e semelhanças entre o que se veicula pela legislação do ENEM e o que os estudantes efetivamente pensam sobre o exame, de maneira que percebeu-se que é necessário, cada vez mais, articular teoria e prática.

Referências Bibliográficas:

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. de S. P. *PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?* Educar em Revista. n.28 Curitiba jul./dez. 2006.

CARVALHO, C. H. A., LOPREATO, F. L. C. *Finanças públicas, renúncia fiscal e o PROUNI no governo Lula*. Impulso, Piracicaba, v. 16, n. 40, p. 93-104, maio/ago. 2005.

FREITAS, D. N. T. de. *A avaliação da educação básica no Brasil.* Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Educação Contemporânea)

INEP. *ENEM.* Disponível em: http://www.enem.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=34 Acesso em 20 nov. 2007, às 15: 33 h

http://www.enem.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=35 Acesso em 20 nov. 2007, às 16:00 h

http://www.enem.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=105&Itemid=138 Acesso em 20 nov. 2007, às 17:12 h

http://www.inep.gov.br/basica/enem/legislacao/p438_280598.htm Acesso em: 01 de mar. 2008, à 08:54 h

http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/Oprograma.shtm Acesso em 20 de mar. 2008, às 14:03 h

http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=401&Itemid=387 Acesso em 24 de abr. 2008, às 08:43 h

http://PROUNI-inscricao.mec.gov.br/PROUNI/Oprograma.shtm Acesso em 06 mar. 2009, às 19:03 h

LAPA, J. S., NEIVA, C. C. Avaliação e Políticas Públicas em Educação. *Ensaio*, v. 8, n. 29, p. 459-493, out./dez. 1996.

Mainardes, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, v. 27, n.34, p. 47-69, 2006.

OLIVEIRA, R.P. *Reformas educativas no Brasil na década de 90*. In: CATANI, A .M. E Oliveira, R.P. de. (orgs.) Reformas educacionais em Portugal e no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINTO, J. M. R. O Ensino Médio. In: OLIVEIRA, R. P; ADRIÃO, T. (org.). *Organização do Ensino no Brasil.* São Paulo: Xamã, 2002, p. 1-151.

VIANNA, H. M. Avaliação: considerações teóricas e posicionamentos.

Estudos em Avaliação Educacional, n. 16, p. 5-36, jul./dez. 1997.